

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015



Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório da Administração1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras2
Balanços patrimoniais 3
Demonstrações do resultado4
Demonstrações do resultado abrangente5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido6
Demonstrações dos fluxos de caixa
Notas explicativas às demonstrações financeiras 9-41



Relatório da Administração

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia

Possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") - 52,58%, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul") - 27,42%, DME Energética S.A. ("DME") - 10% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT") - 10%.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	36.672	33.034
EBITDA	28.840	28.053
Margem EBITDA	78,64%	84,92%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro do exercício	20.266	14.799
Resultado financeiro	3.142	1.654
Imposto de renda e contribuição social	5.432	11.600
EBITDA	28.840	28.053

<u>EBITDA</u> - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, nem deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	8.069	7.369
Não circulante	18.508	24.942
Dívida bruta	26.577	32.311
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos	(12.085)	(7.962)
(=) Dívida líquida	14.492	24.349
Dívida líquida/EBITDA	0,50	0,87

<u>Dívida líquida</u> - a dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significadopadrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida
de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de
empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo circulante e do passivo não circulante, menos o caixa e
equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos. A dívida líquida
apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns
investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, elevado padrão de qualidade e transparência, a Companhia possui um Conselho de Administração, constituído desde o início de suas atividades, composto por membros efetivos e suplentes representantes de seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da ETAU e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo Taesa administra.



Política de qualidade

A ETAU, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da organização o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas: (i) gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e resultados; (ii) atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; (iii) conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade; (iv) cumprimento das Normas de Segurança; e (v) aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 pelo valor de R\$132 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2015, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.



Deloitte Touche Tohmatsu Av. Presidente Wilson, 231 - 22° 25° e 26° andares Rio de Janeiro - RJ - 20030-905 Brasil

Tel: + 55 (21) 3981-0500 Fax:+ 55 (21) 3981-0600 www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2016

Deloite Touche Tohnstrue DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos

Contador

CRC 1 RJ 093.376/O-3



Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2015	2014		Nota <u>explicativa</u>	2015	2014
Ativos				Passivos			
Ativos Circulantes				Passivos Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.280	4.859	Fornecedores		562	167
Títulos e Valores Mobiliários	5	5.253	-	Empréstimos e financiamentos	12	7.965	7.286
Clientes	7	3.586	4.344	Debêntures	13	104	83
Ativo financeiro	7	23.032	21.461	Taxas regulamentares	14	895	1.365
Impostos e contribuições sociais		143	61	Impostos e contribuições sociais		3.458	447
Outras Contas a Receber	10	375	974	Dividendos a pagar	18	937	141
Total dos Ativos Circulantes	_	35.669	31.699	Outras Contas a Pagar	10	1.816	1.853
				Total dos Passivos Circulantes	_	15.737	11.342
				Passivos Não Circulantes			
Ativos Não Circulantes				Empréstimos e financiamentos	12	8.556	15.004
Depósitos vinculados e outros investimentos	6	3.440	3.103	Debêntures	13	9.952	9.938
Títulos e Valores Mobiliários	5	112	-	Impostos e contribuições diferidos	8	15.270	14.925
Depósitos judiciais		371	466	Tributos diferidos	9	4.470	4.405
Clientes	7	245	199	Outras Contas a Pagar	10	2.832	1.598
Ativo financeiro	7	106.769	106.118	Total dos Passivos Não Circulantes	_	41.080	45.870
Outras Contas a Receber	10	70	76	Total dos Passivos	_	56.817	57.212
Total dos Ativos Não Circulantes	_	111.007	109.962		_		
	_			Patrimônio Líquido			
				Capital social		34.895	34.895
				Reserva de lucros		34.895	34.895
				Dividendos adicionais propostos		20.069	14.659
				Total do Patrimônio Líquido	17	89.859	84.449
Total dos Ativos		146.676	141.661	Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido	1	146.676	141.661



Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2015	2014
Receita operacional líquida	22	36.672	33.034
Serviços prestados Material Outros custos operacionais Custos operacionais	23 23	(4.064) (2.286) 72 (6.278)	(3.425) (72) (181) (3.678)
Pessoal Serviços prestados Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas Despesas operacionais	23	(58) (1.430) (66) (1.554)	(7) (1.168) (128) (1.303)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos		28.840	28.053
Receitas financeiras Despesas financeiras Receitas (despesas) financeiras, líquidas	24	2.063 (5.205) (3.142)	1.365 (3.019) (1.654)
Resultado antes dos impostos e das contribuições	-	25.698	26.399
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos Imposto de renda e contribuição social	16	(5.088) (344) (5.432)	(1.782) (9.818) (11.600)
Lucro do exercício		20.266	14.799
Lucro por ação Lucro por ação ordinária - básico (em R\$) Lucro por ação ordinária - diluído (em R\$)	21 21	0,5808 0,5808	0,4241 0,4241



Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2015	2014
Lucro do exercício	20.266	14.799
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	20.266	14.799



Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva	de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	_		Legal	Especial		_	_
Saldos em 31 de dezembro de 2013	_	34.895	5.687	36.252	20.817	<u> </u>	97.651
Dividendos adicionais aprovados - AGO 17/02/2014	17	_		(7.043)	(20.817)	-	(27.860)
Destinação de lucros de exercícios anteriores		-	-	(740)	740	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	14.799	14.799
Destinação do lucro do exercício:							
Reserva legal	17	-	739	-	-	(739)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 e 18	-	-	-	-	(141)	(141)
Dividendos adicionais propostos	17				13.919	(13.919)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	_	34.895	6.426	28.469	14.659	<u> </u>	84.449
Aprovação dos dividendos adicionais - AGO 08/04/2015	17	-	-	-	(14.659)	-	(14.659)
Destinação de lucros de exercícios anteriores	17	-	-	(553)	553	-	-
Lucro do exercício	17	-	-	-	-	20.266	20.266
Destinação do lucro do exercício:							
Reserva legal	17	-	553	-	-	(553)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 e 18	-	-	-	-	(197)	(197)
Dividendos adicionais propostos	18				19.516	(19.516)	_
Saldos em 31 de dezembro de 2015	_	34.895	6.979	27.916	20.069	-	89.859
	-						



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício Itens de resultado que não afetam o caixa:		20.266	14.799
Remuneração do ativo financeiro Receita de construção	7 e 22 7 e 22	(23.721) (1.593)	(21.873)
Juros e variações monetárias líquidas - Empréstimos Juros e variações monetárias líquidas - Debêntures	12 e 23 13 e 23	3.624 1.401	2.709 100
Tributos diferidos e outros Imposto de renda e contribuição social	9 16	65 5.432	(304) 11.600
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) nas contas a receber de clientes	7	712	(913)
Redução no ativo financeiro	7	23.092	21.806
Aumento nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(1.064)	(467)
Redução (aumento) nas outras contas a receber e depósitos judiciais	10	700	(151)
Aumento (redução) nos fornecedores		395	(22)
(Redução) aumento nas taxas regulamentares	14	(470)	174
Aumento nas outras contas a pagar	10	1.197 30.036	1.530 29.596
Caixa gerado pelas atividades operacionais Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.094)	(1.235)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		28.942	28.361
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	(5.265)	
Aumento no saldo de títulos e valores mobiliários (Aumento) redução nos depósitos vinculados e outros	5 6	(5.365)	-
investimentos	O	(337)	26
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(5.702)	26
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de debêntures	13	-	9.921
Pagamento de debêntures – juros	13	(1.366)	- (7.040)
Pagamento de financiamentos – principal Pagamento de financiamentos – juros	12 12	(7.568) (1.825)	(7.040) (2.201)
Dividendos pagos	18	(14.060)	(28.070)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(24.819)	(27.390)
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(1.579)	997
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	4.859 3.280	3.862 4.859
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de	-T		<u> </u>
caixa		(1.579)	997

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Companhia, distribuídas da seguinte forma:



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1.	INFORMAÇÕES GERAIS	. 9
2.	BASE DE PREPARAÇÃO	. 9
3.	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	12
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
5.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
6.	DEPÓSITOS VINCULADOS E OUTROS INVESTIMENTOS	19
7.	CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO	20
8.	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS	22
9.	TRIBUTOS DIFERIDOS	23
10.	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	23
11.	PARTES RELACIONADAS	24
12.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	27
13.	DEBÊNTURES	28
14.	TAXAS REGULAMENTARES	29
15.	PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS	30
16.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30
17.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
18.	DIVIDENDOS A PAGAR	32
19.	COBERTURA DE SEGUROS	33
20.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	33
21.	RESULTADO POR AÇÃO	38
22.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38
23.	INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS	38
24.	DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	39
25.	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	39
26.	OUTRAS INFORMAÇÕES	40



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos à linha de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

<u>Controladores</u> - possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT").

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2016.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente, de acordo com as cotas detidas pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) <u>Ativo financeiro</u> - Mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) é estimada para a concessão por meio de componentes internos e externos de mercado e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida - RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

A partir de 1º de julho de 2014, a Companhia revisou a estimativa do fluxo de caixa futuro do ativo financeiro no que diz respeito ao reconhecimento dos efeitos inflacionários. Tais efeitos passaram a ser reconhecidos mensalmente e não mais anualmente. A mudança na estimativa contábil é resultante de uma maior experiência com relação ao reajuste anual tendo como base as resoluções homologatórias da ANEEL.

b) Receita de operação e manutenção - As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- c) <u>Avaliação de instrumentos financeiros</u> São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 20 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.
- d) <u>Impostos, contribuições e tributos</u> Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

- O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.
- e) <u>Imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e a recuperar</u> São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais (vide nota explicativa nº 8).
- f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos (vide nota explicativa nº 15). Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração entende que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia (vide nota explicativa nº 20).



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

a) <u>Ativos financeiros não derivativos</u> - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- (ii) <u>Empréstimos e recebíveis</u> Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

b) <u>Passivos financeiros não derivativos</u> - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria:

- (i) <u>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</u> Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
- c) <u>Capital social Ações ordinárias</u> Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.2. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a) <u>Ativos financeiros</u> - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

c) <u>Ativos não financeiros</u> - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC).

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.3. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.4. Receita operacional

Receita operacional proveniente de Contratos de Concessão: de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo nº 93 da referida orientação.

Com base nesse modelo, a RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente à IAS 18) e a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Com base no exposto anteriormente, a Companhia reconhece suas receitas quando os seus valores da receita puderem ser mensurados com segurança e seja provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro da concessão a ser reconhecida até o fim do período da concessão e auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento e definida no início de cada concessão.
- Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o pronunciamento técnico CPC 30 (R1) (equivalente à IAS 18).
- Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada às construções das linhas de transmissão e às expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) (equivalente à IAS 11) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas:

Imposto de renda - base de cálculo de 32% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita.

Contribuição social - base de cálculo de 32% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Quanto aos impostos diferidos, foram calculados em relação à diferença de receita verificada pela aplicação das novas práticas contábeis em atendimento às orientações contidas na interpretação técnica ICPC 01 (R1). Pela aplicação dessa norma, o ativo imobilizado relativo ao contrato de concessão foi reclassificado para o custo de construção da linha de transmissão, e foi constituída uma rubrica de recebíveis de concessão de serviços em que foram registrados o saldo da receita do contrato de concessão e a atualização monetária do saldo de ativo financeiro.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013) - Os dispositivos contidos na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2014, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 eliminaria potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, concluiu que a adoção antecipada culminaria na elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e, com isso, decidiu em não optar pela aplicação antecipada no exercício de 2014.

A elevação da carga tributária no exercício de 2014 se daria pela mudança introduzida pela referida lei que alterou o art. 15 da Lei 9.249/1995 incluindo a alínea e no inciso III do §1º do referido artigo, onde se lê que será aplicado o percentual de 32% para atividades de prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contratos de concessão de serviços públicos. Portanto, o percentual de 8% sobre a receita bruta, acrescida das demais receitas, para determinar a base de cálculo da apuração do Lucro Presumido conforme legislação vigente, passaria para 32%, caso a Companhia optasse pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 no ano calendário de 2014.

Apesar dos dispositivos da lei terem entrado em vigor obrigatoriamente a partir do anocalendário de 2015, o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos em 31 de dezembro de 2014 foi acrescido em R\$9.636 para refletir a realização do referido imposto à alíquota de 32% a partir de janeiro de 2015.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.8. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

3.9.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- Modificações à IAS19 (CPC 33) Benefícios a Empregados.
- Modificações às IFRS Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012.
- Modificações às IFRS Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013.
- 3.9.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 Instrumentos financeiros (b).
- IFRS 14 Contas regulatórias diferidas (a).
- IFRS 15 Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 11 Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint Operation") (a).
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola (a).
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização (a).
- Modificações à IAS 27 Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (a).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture" (a).
- Modificações às IFRS Ciclos de melhorias anuais 2012-2014 (a).
- Modificações à IAS 1 Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras (a).



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

 Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1° de janeiro de 2016;
- (b) 1º de janeiro de 2018; e
- (c) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas com data de adoção efetiva para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	2.216	2.132
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	1.064	2.727
	3.280	4.859

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitas a um risco insignificante de alterações de valor.

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras mantidas em diversas instituições financeiras, com liquidez imediata, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa da Companhia compreendem Certificados de Depósitos Bancários – CDB pós fixados e operações compromissadas com lastro em debêntures, com garantia de recompra e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A Companhia é participante do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado, que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante, concentrando 100% das suas aplicações financeiras através do referido fundo. No exercício de 2015, a rentabilidade média obtida pelo fundo foi de aproximadamente 103,02% da taxa referencial do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103,60% em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Taesa, um dos acionistas da Companhia, declarou que a liquidez diária das aplicações da Companhia no Fundo Pampulha estava garantida no montante total investido pela Companhia no Fundo Pampulha, sem qualquer risco de perda de principal e juros auferidos.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A partir de 30 de junho de 2015, a Administração da Taesa retirou esta garantia, e desta forma os valores investidos pela Companhia passaram a ser classificados de acordo com a liquidez dos títulos e valores mobiliários, e apresentados de forma segregada nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) de acordo com a natureza e liquidez destes investimentos no Fundo Pampulha.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, 100% por meio do Fundo Pampulha.

	31/12/2015	31/12/2014
CDBs, operações compromissadas e debêntures	1.858	-
Letras financeiras - bancos privados	2.932	-
Títulos públicos	574	-
Outros	1	-
	5.365	-
Ativo circulante	5.253	-
Ativo não circulante	112	-

6. DEPÓSITOS VINCULADOS E OUTROS INVESTIMENTOS

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos vinculados e outros investimentos	3.440	3.103

Referem-se basicamente aos depósitos vinculados mantidos pela Companhia para garantia do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

Esses depósitos referem-se a aplicações em CDBs, remunerados a taxas que oscilam de acordo com a variação do CDI e cuja rentabilidade média obtida foi de aproximadamente 96,50% em 31 de dezembro de 2015. Tais investimentos estão mensurados pelo custo acrescido de juros até a data do balanço.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

a) Clientes

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2015	31/12/2014
Clientes	3.578	29	224	3.831	4.543
Circulante				3.586	4.344
Não Circulante				245	199

Dos saldos vencidos, R\$245 foram classificados no ativo não circulante, pois referem-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Outras informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 20.

b) Ativo financeiro

Movimentação do ativo financeiro										
Linha de transmissão	TRAF (*)	31/12/2014	Adição	Juros, atualização monetária	Recebimentos	31/12/2015				
Campos Novos/Santa Marta	10,17%	127.579	1.593	23.721	(23.092)	129.801				
Circulante		21.461				23.032				
Não Circulante		106.118				106.769				

Linha de transmissão	TRAF (*)	31/12/2013	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	31/12/2014
Campos Novos/Santa Marta	10,45%	128.067	21.318	(21.806)	127.579

^(*) Taxa de remuneração do ativo financeiro definida na nota explicativa nº 2.4.a).

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. A TRAF sofre revisão na entrada da operação comercial da concessão (vide nota explicativa nº 2.4).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$23.721 (R\$21.873 no exercício de 2014).

	Novos reforços								
Concessão	Reforço em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada (RAP)	Previsão de conclusão e status	REIDI				
SE Lagoa Vermelha 2	Instalação do 2º Banco de Autotransformadores 230/138kV.	Resolução Autorizativa nº 4.980, de 16/12/2014.	R\$2,4 milhões	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Previsão de energização e início de operação: 24 de dezembro de 2016	Portaria MME nº 89 de 26/02/2015, e Ato Declaratório Executivo RBF nº163, de 08 de maio de 2015 publicado no D.O.U de 12 de maio de 2015.				



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

• Principais características do contrato de concessão

<u>RAP</u> - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

<u>Faturamento da receita de operação, manutenção e construção</u> - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

<u>Parcela variável</u> - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

<u>Renovação</u> - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, mediante requerimento da transmissora.

<u>Aspectos ambientais</u> - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

<u>Estrutura de formação da RAP</u> – a Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2015-2016			Ciclo 2014-2015			Ciclo 2013-2014			
Resolução 1.918 de 23/06/2015			Resolução 1.756 de 24/06/2014			Resolução 1.559 27/06/2013			
Período: de 01/07/2015 a			/2015 a	Período: de 01/07/2014 a			Período: de 01/07/2013 a		
30/06/2016			6	30/06/2015			30/06/2014		
Tota	al da	PA	Total	Total da	PA	Total	Total da	PA	Total
R/	AP	apuração	IOLAI	RAP	apuração	IOLAI	RAP	apuração	IUlai
38	3.434	(3.452)	34.982	36.916	136	37.052	34.234	(995)	33.239

Total da RAP	Rede Básica	Rede Básica Fronteira	DIT Exclusivo				
Receita básica licitada - RBL	X	X	-				
Receita Novas Instalações - RBNI / RCDM	-	X	X				
PA-Apuração - Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do							
período anterior (2015-2016/2014-2015/2013	3-2014)						

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota explicativa nº 20.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A seguir, o detalhamento dos créditos fiscais incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura.

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias (*) - Passivo	15.270	14.925

(*) Ajustes substancialmente relacionados à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

A elevação da carga tributária no exercício de 2014 se daria pela mudança introduzida pela Lei nº 12.973/2014 que alterou o art. 15 da Lei nº 9.249/1995 incluindo a alínea e no inciso III do §1º do referido artigo, onde se lê que será aplicado o percentual de 32% para atividades de prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contratos de concessão de serviços públicos (vide nota explicativa nº 3.6).



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2015	31/12/2014
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (*) - Passivo	4.470	4.405

^(*) Ajustes substancialmente relacionados à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
Antecipações de projetos de P&D (a)	185	804
Adiantamento a fornecedores	17	99
Despesas pagas antecipadamente	16	-
Outras contas a receber	157	71
	375	974
Ativo não circulante		
Partes relacionadas (d)	5	11
Outras contas a receber	65	65
	70	76
Passivo circulante		
Compensação ambiental (e)	1.480	1.480
Partes relacionadas (d)	315	357
Outras contas a pagar	21	16
	1.816	1.853
Passivo não circulante		
Rateio de antecipação (b) e parcela de ajuste (c)	2.832	1.598

- (a) Antecipações dos valores aplicados pela Companhia em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento P&D que serão compensados com o passivo de mesma natureza registrado no grupo de taxas regulamentares nos montantes de R\$761 em 31 de dezembro de 2015 e R\$1.247 em 31 de dezembro de 2014, quando do encerramento dos projetos.
- (b) Gerado pelo déficit ou superávit mensal de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão, são montantes rateados entre todos os agentes de transmissão, na proporção de suas receitas anuais (RAP), os quais são compensados através da parcela de ajuste divulgada pelo ONS a partir do ciclo seguinte. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi adicionado à RAP da Companhia o montante de R\$2.717 (adicionou R\$1.943 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).
- (c) Ajuste entre os valores recebidos e os permitidos no ciclo tarifário anterior, compensado em 12 parcelas mensais iguais no ciclo atual. Pode ser positivo ou negativo, conforme tenha sido o saldo de cada agente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o ONS reduziu a receita da concessionária em R\$1.458 (reduziu R\$284 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram baixados do saldo de parcela de ajuste o valor de R\$25, referentes aos clientes que tiveram suas cobranças suspensas judicialmente, conforme Nota Técnica ANEEL nº 178 de 16 de junho de 2014.
- (d) Vide nota explicativa no 11.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(e) Referem-se à provisão das obrigações com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental. Nos exercícios de 2015 e 2014 não houve desembolsos relacionados aos projetos de compensação ambiental (vide nota explicativa nº 25).

11. PARTES RELACIONADAS

- I Resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados:
- a) Ativos e receitas

	Principais ir	nformações so	bre os contrat	os e transações co	om partes relacionadas	
R E F	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Tra	nsações com partes interessadas	•				
1	Outras contas a receber x Reembolso de custos de Compartilhamento de instalações - STC x ETAU - Partes interessadas	R\$3 Valor mensal	Nov/2006 até a extinção da concessão de uma das partes	Não há taxa de juros / Atualização anual pelo IGP- M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não Houve.

R		Ati	vo	Receitas	
E F	Contratos e outras transações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
1	Outras contas a receber x Reembolso de custos de CCI - STC x ETAU -Partes interessadas	5	11	57	98

b) Fundo Pampulha renda fixa

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Grupo, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por empresas pertencentes aos seus integrantes conforme detalhado a seguir (vide nota explicativa nº 2.1).

Tipo Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	31/12/2015	31/12/2014		etiva de ilidade
		vencimento				31/12/2015	31/12/2014
Aplicações e	m fundo de investi	mento exclusi	Grupo Cemig)				
Debêntures	AXXIOM	29/01/2017	109% do CDI	53	20	14,51%	11,84%
Debêntures	CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	248	-	15,05%	-
Debêntures	CEMIG GT	23/12/2016	CDI + 0.85%	231	89	14,20%	11,75%
Debêntures	CEMIG GT	15/02/2017	CDI + 0,72%	50	19	14,36%	11,61%
Debêntures	Ativas	01/07/2017	CDI + 3,50%	227	-	17,20%	-
NC	Cemig Telecom	14/12/2015	110,4% do CDI	-	9	13,90%	-
Debêntures	Guanhães	20/10/2014	106% do CDI	-	-	-	11,50%
NP	Guanhães	11/10/2014	110% do CDI	-	-	-	12,00%
NC	CEMIG GT	22/06/2015	106,85% do CDI%	-	38	-	11,60%
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	47	18	14,37%	0,66%
Debêntures	Brasnorte	22/06/2016	108% do CDI	13	-	14,37%	-
				869	193		



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

c) Passivos e despesas

_	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas								
R E F	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes			
<u>Tra</u>	nsações com os controladores Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de "back- office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x ETAU	R\$49 Valor mensal	Jan/2013 a Jan/2017	Multa de 2% ao mês / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	As partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão.			
2	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros – Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x ETAU	R\$66 Valor mensal	Jun/2015 a dez/2016	Multa diária de 0,1% / Atualização anual pelo IPCA.	Descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.	A multa diária de 0,1% por atraso de pagamento, limitada a 10% do valor total do contrato.			
3	Outras contas a pagar x despesa/custo correspondente - Reembolso de despesas Taesa x ETAU (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	A expectativa da Companhia é de que esse valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.			
4	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros – Transmissão de dados – CEEE GT x ETAU	R\$13 Valor mensal	Dez/2014 a Dez/2016 Renovação a cada 2 anos.	Juros de mora de 1% e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer cláusula ou condições do contrato; atraso de pagamento injustificado após 90 dias; inexecução total ou parcial das obrigações da CEEE (contratada).	Além da parcela mensal, no exercício de 2015, foi pago o valor de R\$27 (parcela única). Em 31 de dezembro de 2015 o contrato estava em processo de assinatura.			
5	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de operação e manutenção - CEEE GT x ETAU	R\$135 Valor mensal (não corrigido)	Jun/2010 a Ago/2018 Renovação a cada 4 anos.	Não há taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolucão ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	Seguro dos equipamentos e bens, seguro de responsabilidade civil geral e responsabilidade da contratante com os custos não arcados pela apólice do seguro de responsabilidade civil geral.			
6	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento de Instalações (CCI) - CEEE GT x ETAU	R\$10 Valor anual Contratual não corrigido	Abr/2005 até a extinção da concessão de uma das partes	Não há taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.			
7	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de operação e manutenção – Eletrosul x ETAU	R\$43 Valor mensal contratual não corrigido	Jun/2010 a Jun/2018 Renovação a cada 4 anos	Não há taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	Seguro dos equipamentos e bens, seguro de responsabilidade civil geral e responsabilidade da contratante com os custos não arcados pela apólice do seguro de responsabilidade civil geral.			
8	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Comunicação multimídia – Eletrosul x ETAU	R\$5 Valor mensal contratual não corrigido	Dez/2005 a Dez/2020 Renovação a cada 5 anos	Não há taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-DI.	Pode ser rescindido por comum acordo das partes, mediante aviso prévio de 180 dias; em caso de extinção da concessão/autorização de qualquer das partes, por determinação legal; por uma das partes, caso a outra parte venha a descumprir as condições definidas no referido contrato.	Não havendo manifestação entre as partes até o prazo máximo de 180 dias corridos antes de expirado o período contratual, o contrato fica automaticamente renovado por igual período.			
9	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento de Instalações (CCI) - Eletrosul x ETAU	R\$8 Valor anual contratual não corrigido	Out/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	1% ao mês, calculados "pro rata die" / Atualização anual pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.			



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	Pri	ncipais informa	ações sobre os	contratos e transa	ções com partes relacionadas	
R E F	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
10	Outras contas a pagar x Outros custos operacionais – Aluguel de imóvel – Eletrosul x ETAU	R\$6 Valor anual contratual não corrigido	Mar/2009 a Mar/2016 Renovação anual	Multa de 2% + Juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IGP-M.	Não houve.	Não houve.
11	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros – Outros serviços – Eletrosul x ETAU	R\$17 Parcela única	Mês de Nov/2014	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não Houve.	Serviço referente a supervisão e controle do gerador diesel na subestação Barra Grande-SC ao sistema supervisório SAGE.
12	Outras contas a pagar x despesa/custo correspondente - Reembolso de despesas Brasnorte x ETAU (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	As transações foram realizadas e liquidadas no exercício de 2015.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo, e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R		Pass	sivo	Custos / Despesas	
E F	Contratos e outras transações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
1	Taesa x ETAU – Back office	58	56	706	671
2	Taesa x ETAU - Serviços de engenharia	66	-	466	-
3	Taesa x ETAU - Reembolso de despesas	-	8	-	-
4	CEEE GT x ETAU – Transmissão de dados	182	-	185	-
5	CEEE GT x ETAU - O&M	-	293	2.142	2.015
6	CEEE GT x ETAU - CCI	-	-	29	17
7	Eletrosul x ETAU - O&M	-	-	740	787
8	Eletrosul x ETAU - Comunicação multimídia	9	-	111	90
9	Eletrosul x ETAU - CCI	-	-	14	13
10	Eletrosul x ETAU – Aluguel de imóvel	-	-	9	9
11	Eletrosul x ETAU – Outros serviços	-	-	76	-
		315	357	4.478	3.602

d) Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente aos exercícios de 2015 e 2014:

- Diretoria: remuneração fixa.
- Conselho de Administração: não há remuneração.

Valores pagos pela Companhia à Diretoria referente aos exercícios de 2015 e 2014:

	Dire	Diretoria		
	31/12/2015	31/12/2014		
Remuneração	15	8 174		



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Movimentação dos empréstimos e financiamentos									
Financiador	Saldo em 31/12/2014	Juros e variação monetária	Juros pagos	Amortização de principal	Saldo em 31/12/2015				
Mensurados ao custo	amortizado - moeda	nacional							
BNDES-FINAME	22.290	3.624	(1.825)	(7.568)	16.521				
Circulante	7.286				7.965				
Não circulante	15.004				8.556				

Parcelas vencíveis por indexador	Total circulante	2017	2018	Total não circulante	Total
URTJ	5.837	5.786	481	6.267	12.104
UMBNDES	2.128	2.112	177	2.289	4.417
	7.965	7.898	658	8.556	16.521

			Captação					
Financiador	Data de assinatura/ emissão	Tipo	Valor contratado		Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a Vencer	
		Sub A	8.529	8.529	15/01/2018	Cesta de moedas + 4% a.a.		
BNDES – moeda nacional	15/02/2006	Sub C	1.022	1.022	15/01/2018	Cesta de moedas + 4% a.a.	25	
		Sub B	51.720	51.720	15/01/2018	TJLP + 4% a.a.	23	
		Sub D	6.197	6.197	15/01/2018	TJLP + 4% a.a.		

Cláusulas Restritivas

Manter durante o período de amortização o Índice de Cobertura da Dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes; a periodicidade do cálculo do ICD é anual.

Depositar a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma conta centralizadora ("Receita") aberta para tal fim.

Constituir em favor do BNDES "Conta Reserva do Serviço da Dívida" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, a soma das três últimas prestações do serviço da dívida da Companhia com o BNDES, incluindo principal, juros e demais acessórios, e "Conta Reserva de O&M" com recursos equivalentes a, no mínimo, a soma dos três últimos meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção. A movimentação da "Conta Reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.

Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar, tampouco gravar e/ou por qualquer forma negociar as receitas vinculadas sem prévio e expresso consentimento do BNDES.

Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que essas garantias sejam oferecidas ao BNDES.

Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas.

Não emitir débitos, pagamento de juros, amortização nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES.

Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

Garantias

100% das ações da Companhia detidas pelos controladores: Taesa, Eletrosul, CEEE-GT e DME.

Direitos da concessão ETAU.

Recebíveis de concessão ETAU.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

13. DEBÊNTURES

	Movimentação de debêntures								
Financiador	31/12/2014	Captação/Custos	Juros incorridos/ custos (*)	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2015			
BNP Paribas (1ª emissão)	10.021	-	1.401	(1.366)	-	10.056			
Circulante	83	•			•	104			
Não circulante	9.938					9.952			

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a amortização dos custos de captação com debêntures foi de R\$16 (R\$1 em 31 de dezembro de 2014).

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2017	2018	2019	Não circulante	Total
CDI	120	-	-	10.000	10.000	10.120
(-) Custos a amortizar	(16)	(16)	(16)	(16)	(48)	(64)
	104	(16)	(16)	9.984	9.952	10.056

	Características das debêntures						
Data da emissão	1º de dezembro de 2014.						
Emissão/preço	Foram emitidas 1.000 com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um valor total de R\$10.000.						
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.						
Espécie	Quirografária.						
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.						
Garantias	Não há garantias.						
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.						
Prazo e data de vencimento	5 (cinco) anos (1º de dezembro de 2019).						
Remuneração	108% (cento e oito por cento) do CDI.						
Data de pagamento dos juros	Semestralmente, no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 1º de junho de 2015 e o último será realizado em 1º de dezembro de 2019.						
Prazo de amortização	Parcela única no vencimento da operação (1º de dezembro de 2019).						
Data de aprovação em AGE	12 de novembro de 2014.						
Outras informações	Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$10.032 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$78, representando 0,78% dos recursos captados.						

As debêntures foram totalmente adquiridas pelo Fundo Pampulha (vide nota explicativa nº 11).

Caracteriza vencimento antecipado um ou mais eventos listados a seguir:

Cláusulas Restritivas

Não cumprimento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures. Em caso de descumprimento, este deve ser sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo descumprimento;

Estar inadimplente de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$10.000 ou seu equivalente em outra moeda;

Realizar operações de fusão, cisão, incorporação e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, exceto por (i) determinação legal, ou por requerimento de órgãos reguladores e entidades com as quais a Emissora mantenha relação; ou (ii) se a Emissora mantiver a condução ordinária de seus negócios bem como sua situação econômico-financeira, cumprindo integralmente com suas obrigações contratuais préexistentes;

Decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$10.000 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Cláusulas Restritivas

Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, observado o disposto na legislação pertinente;

Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora exercida pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para outra sociedade que seja controladora, controlada ou coligada, direta ou indiretamente, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.;

Protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$10.000 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro;

Alteração do estatuto social da Emissora que implique (i) na concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora; e/ou (ii) na alteração do objeto social da Emissora que modifique a área de atuação da Emissora;

Cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;

Caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;

incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
Término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora, que represente uma redução de 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atendia às cláusulas restritivas ("covenants").

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20.

14. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2015	31/12/2014
Pesquisa e desenvolvimento (FNDCT, MME e projetos de P&D) (a)	795	1.280
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE (b)	13	11
Reserva global de reversão - RGR (c)	87	74
	895	1.365

- (a) No exercício de 2015, a Companhia desembolsou R\$619 referente a projetos de P&D (R\$180 no exercício de 2014), registrados no ativo circulante na rubrica "Outras contas a receber (vide nota explicativa nº 10).
- (b) O valor referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016, foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 2.099, de 1º de julho de 2015. O valor referente ao período de julho de 2014 a junho de 2015, foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 3.788, de 19 de setembro de 2014.
- (c) O valor referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 3.369, de 07 de outubro de 2015. O valor referente ao período de julho de 2014 a junho de 2015 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 1.906, de 23 de junho de 2014.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

15. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, não constituiu nenhuma provisão por não ser parte em nenhuma causa com perda classificada como provável.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015, existiam outros processos avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco possível de perda, no montante de R\$144, sendo R\$14 referente a contingências cíveis e R\$130 a contingências tributárias (R\$14 em 31 de dezembro de 2014, sendo o montante total referente a contingências cíveis), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Outros assuntos relevantes

ICMS sobre prestação de serviços - A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e outra relativa ao Estado de destino. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos externos entendem que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica não se refere ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus assessores jurídicos externos, entende que o risco de uma eventual cobrança de tal imposto é remota e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária perante a ANEEL.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.088)	(1.782)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(344)	(9.818)
	(5.432)	(11.600)

<u>Correntes</u> - a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e	31/12/2015		31/12/2014	
contribuição social	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	39.596	39.596	35.538	35.538
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	1.240	1.240	1.641	1.641
(-) Diferença entre regime de caixa e competência (*)	(2.222)	(2.222)	-	-
(+) Ajuste novas regras - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	-	-	(68)	(68)
	38.614	38.614	37.111	37.111
Percentual	32%	32%	8%	12%
	12.356	12.356	2.969	4.453
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	2.063	2.063	1.411	1.411



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Conciliação da despesa de imposto de renda e	31/12/2015		31/12/2014	
contribuição social	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Variações monetárias	614	614	539	539
	2.677	2.677	1.950	1.950
Base de cálculo	15.033	15.033	4.919	6.403
Imposto de renda - 15%	2.255	-	738	-
Adicional de imposto de renda - 10%	1.480	-	468	-
Contribuição social - 9%	-	1.353	-	576
Total de despesa	3.735	1.353	1.206	576
Total de IRPJ e CSLL		5.088		1.782

^(*) A Companhia optou pela tributação de suas receitas pelo regime de caixa, opção esta feita no exercício de 2015 devido aos efeitos da Lei nº 12.973/14.

<u>Diferidos</u> - o imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 em virtude da adoção do RTT e também o ajuste requerido pela Lei nº 12.973/14 detalhado na nota explicativa nº 3.6.

	31/12/201	5 31/12/2014
Imposto de renda	25:	7.658
Contribuição social	9:	2.160
	344	9.818

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<u>Capital social</u> - em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social totalmente integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação.

Composição acionária (*)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	18.349.309	52,5838
Eletrosul	9.566.983	27,4162
DME	3.489.536	10,0000
CEEE-GT	3.489.536	10,0000
Total	34.895.364	100,0000

^(*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Reserva de lucros

- Reserva legal constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- Outras reservas de lucros (reserva especial) constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de: (i) compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável ou estimável, e (ii) utilização futura em conformidade com o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral. O aludido orçamento poderá ser aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária - AGO que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Destinação do lucro do exercício

Proposta de destinação do lucro do exercício	31/12/2015	31/12/2014
Lucro do exercício	20.266	14.799
Reserva legal (conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76)	(553)	(739)
Dividendos obrigatórios (1%)	(197)	(141)
Dividendos adicionais propostos	(19.516)	(13.919)

Além da destinação do lucro do exercício de 2015, em 31 de dezembro de 2015 a Administração decidiu destinar parte da reserva especial de lucros, no valor de R\$553, na distribuição de dividendos adicionais propostos.

Em 08 de abril de 2015, a AGO da Companhia ratificou destinação do lucro do exercício de 2014, no valor de R\$14.659, e a destinação de parte da reserva especial de lucros, no valor de R\$740, como dividendos adicionais.

18. DIVIDENDOS A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
Dividendos a pagar à Taesa	492	74
Dividendos a pagar à Eletrosul	257	39
Dividendos a pagar à DME	94	14
Dividendos a pagar à CEEE – GT	94	14
	937	141

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2015, os dividendos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo circulante no valor de R\$197, que somados aos dividendos adicionais de R\$740, propostos em 2014 e não pagos, constituem um saldo em aberto de R\$937 (R\$141 em 31 de dezembro de 2014).

Em 08 de abril de 2015, os dividendos adicionais propostos foram transferidos para o passivo circulante como dividendos a pagar.

<u>Pagamento de dividendos</u> - em 29 de dezembro de 2015, a Companhia pagou o montante de R\$14.060 referentes aos dividendos obrigatórios (R\$141) e parte dos adicionais propostos no exercício de 2014 (R\$13.919).

<u>Pagamento de dividendos</u> - em 11 de dezembro de 2014, a Companhia pagou, a título de dividendos, o montante de R\$28.070, sendo R\$21.027 referentes ao resultado do exercício de 2013 e R\$7.043 referentes a destinação da reserva especial de lucros.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Companhia possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O". A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

	Seguradora	Vigência	LMI (a)	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - RCG	TOKYO Marine	19/09/15 a 19/09/16	10.000	-	3
Risco Operacional - RO	TOKYO Marine	19/10/15 a 19/10/16	-	13.026	19
D&O	LIBERTY SEGUROS	18/09/15 a 18/09/16	15.000	-	27

⁽a) LMI - Limite máximo de indenização.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração incluindo o risco de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos períodos apresentados.

20.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 12 e 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados e outros investimentos nas notas explicativas nº 4, 5 e 6, respectivamente) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 17).

20.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros		
Mensurados a valor justo por meio de resultado		
- Caixa e equivalentes de caixa	3.280	4.859
- Títulos e valores Mobiliários	5.250	-
Empréstimos e recebíveis		
- Depósitos vinculados e outros investimentos	3.440	3.103
- Clientes	3.831	4.543
- Ativo financeiro	129.801	127.579
Mantidos até o vencimento		
- Títulos e valores mobiliários	115	-
	145.717	140.084

Passivos financeiros

Outros passivos financeiros ao custo amortizado



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2015	31/12/2014
- Fornecedores	562	167
- Empréstimos e financiamentos	16.521	22.290
- Debêntures	10.056	10.021
	27.139	32.478

20.4. Risco de mercado

A Companhia tem exposição a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 20.6) e câmbio (vide nota explicativa nº 20.5).

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

20.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$4.417 equivalentes a 16,62% de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar norte-americano, conforme nota explicativa nº 12). Uma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar de forma negativa o resultado da Companhia (vide nota explicativa nº 20.7).

20.6. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas (vide nota explicativa nº 20.7).

20.7. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade apresentadas foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa anual acumulada até 31/12/2015	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (i)	13,24%	13,75%	17,19%	20,63%
URTJ (ii)	7,00%	7,50%	9,38%	11,25%
PTAX - Dólar (i)	3,9048	4,4000	5,5000	6,6000

⁽i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 22 janeiro de 2016.

⁽ii) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base na taxa divulgada no "site" do BNDES, obtida no dia 22 de janeiro de 2016.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: alta da taxa	Saldo em 31/12/2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a dezembro de 2015 - aumento (redução)			
RISCO: dita ua taxa		Provável	Cenário A	Cenário B	
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados e outros investimentos - CDI	9.869	50	390	729	
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos e debêntures					
- TJLP	12.104	(61)	(287)	(514)	
- UMBNDES (cesta de moedas) (*)	4.417	(560)	(1.804)	(3.049)	
- CDI	10.120	(52)	(400)	(747)	
		(623)	(2.101)	(3.581)	

^(*) Em 31 de dezembro de 2015 o dólar representava 99,33% da cesta de moedas BNDES, sendo assim a taxa utilizada para cálculo dos cenários prováveis foi a PTAX – Dólar.

20.8. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado considerando as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

20.9. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento, detalhada nas notas explicativas nº 12 e 13.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos e Debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós-fixada	788	1.553	8.081	22.322	32.744

20.10. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais que a Companhia está exposta são:

<u>Riscos regulatórios</u> - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

<u>Risco de seguros</u> - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

<u>Risco de interrupção do serviço</u> - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - onde a Companhia possa ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

<u>Risco técnico</u> - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais, mas algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

<u>Risco de contencioso</u> - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final (vide nota explicativa nº 15).

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

20.11. Valor justo dos instrumentos financeiros

		31/12/2015		31/12/2014	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.280	3.280	4.859	4.859
Títulos e valores mobiliários	5	5.365	5.365	-	-
Depósitos vinculados e outros investimentos	6	3.440	3.440	3.103	3.103
Clientes	7	3.831	3.831	4.543	4.543
Ativo financeiro	7	129.801	129.801	127.579	127.579
		145.717	145.717	140.084	140.084
Passivos financeiros					
Fornecedores		562	562	167	167
Empréstimos e financiamentos	12	16.521	16.521	22.290	22.290
Debêntures	13	10.056	10.056	10.021	10.021
		27.139	27.139	32.478	32.478

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros reconhecidos pela Companhia a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2, conforme detalhado a seguir:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>: contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.

<u>Títulos e valores mobiliários</u>: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A Administração da Companhia entende que os valores justos dos demais instrumentos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

21. RESULTADO POR AÇÃO

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro do exercício	20.266	14.799
Quantidade de ações ordinárias	34.895	34.895
Lucro por ação ordinária - básico	0,5808	0,4241
Lucro por ação ordinária – diluído	0,5808	0,4241

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2015	31/12/2014
Operação e manutenção	9.961	9.406
Construção	1.593	-
Remuneração do ativo financeiro	23.721	21.873
Parcela variável e outras receitas	4.321	4.259
Receita operacional bruta	39.596	35.538
PIS e COFINS	(1.474)	(1.337)
Encargos setoriais - Cota para RGR, P&D e Taxa de Fiscalização	(1.450)	(1.167)
Deduções da receita	(2.924)	(2.504)
Receita operacional líquida	36.672	33.034

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta	39.596	35.538
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(2.222)	(68)
Receita operacional bruta tributável	37.374	35.470

23. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dos principais custos e despesas são apresentadas a seguir:

<u>Custos com serviços prestados:</u> referem-se basicamente aos custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

<u>Custos com materiais:</u> referem-se basicamente aos custos de aquisição de materiais utilizados na manutenção das linhas de transmissão e no reforço em fase de construção (vide nota explicativa nº 7).

<u>Despesas com serviços prestados:</u> referem-se basicamente as despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

24. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	31/12/2015	31/12/2014
Renda de aplicação financeira	2.063	1.365
Receitas financeiras	2.063	1.365
Juros e variações monetárias liquidas:		
- Empréstimos e financiamentos	(3.624)	(2.709)
- Debêntures	(1.401)	(100)
Outras despesas financeiras, líquidas	(180)	(210)
Despesas financeiras	(5.205)	(3.019)
	(3.142)	(1.654)

25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

<u>Operação e manutenção dos ativos</u> - parte das atividades é realizada pela CEEE-GT e parte pela Eletrosul (vide nota explicativa nº 11).

<u>Aspectos ambientais</u> - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, construído com base em uma política ambiental única para todas as Concessões da Companhia, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental da Companhia, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados.

A seguir quadro detalhado da licença ambiental expedida à Companhia:

Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021

<u>Compensação ambiental</u> - os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, encontram-se finalizados, baseados nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, cujos estágios estão apresentados a seguir:

<u>FUNAI</u> - em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/2012 entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento da Licença de Operação nº 452/2005. Nesse termo, intitulado Termo de Compromisso, cujo valor de aplicação é de R\$790, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade Kaingang. Em 31 de dezembro de 2013, foram encerradas todas as atividades estipuladas no referido Termo. O Termo de Quitação foi emitido em 21 de dezembro de 2015.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Reposição Florestal da ETAU com a Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul - SEMA/RS - foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para consequente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição. Estimase que a aquisição do terreno e sua consequente doação sejam concluídas até o término do exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o saldo provisionado na rubrica "Outras contas a pagar" no passivo circulante para essa compensação ambiental era R\$1.480.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

Contrato para implementação do reforço na subestação Lagoa Vermelha II - No dia 26 de outubro de 2015 a Companhia celebrou um contrato com a ENERG POWER, na modalidade Lump Sum Turnkey, cujo objeto é o fornecimento de todos os bens, equipamentos, materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação e perfeito funcionamento do 2º banco de autotransformadores da subestação de Lagoa Vermelha II.

<u>Demonstrações financeiras societárias e regulatórias</u> - as demonstrações financeiras societárias estão disponíveis no "site" da Taesa e as demonstrações financeiras regulatórias serão disponibilizadas no mesmo "site" a partir de 30 de abril de 2016 (http://ri.taesa.com.br).

* * * * *



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

DIRETORIA		
NOME	CARGO	
João Procópio Campos Loures Vale (Taesa)	Diretor Geral e Financeiro	
Nelson Gravino (Eletrosul)	Diretor Técnico	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
TITULARES	SUPLENTES		
José Aloise Ragone Filho (Presidente) (Taesa)	Marco Antônio Resende Faria (Taesa)		
Antonio Waldir Vittori (Vice-Presidente) (Eletrosul)	Anilson Luiz Duarte (Eletrosul)		
Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado (CEEE-GT)	Luis Carlos Sacioloto Tadiello (CEEE-GT)		
Miguel Gustavo Junqueira Franco (DME)	Luis Carlos dos Santos (DME)		

Wagner Rocha Dias Contador CRC-RJ-112158/O-3 CPF nº 778.993.777-49